

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 15 de março de 2019 às 08h00*  
*Seleção de Notícias*

## O Estado de S. Paulo | BR

Pirataria

<b>Pirataria e contrabando .....</b>	<b>3</b>
--------------------------------------	----------

NOTAS & INFORMAÇÕES

## Abipti | BR

Marco regulatório | INPI

<b>Suspensão de recursos da Fapemig provoca perda de mais de R\$ 15 milhões para pesquisas da UFMG .....</b>	<b>5</b>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------

14 de março de 2019 | Patentes

<b>Centro de inovação aberta na Unicamp quer ampliar parcerias com farmacêuticas .....</b>	<b>6</b>
--------------------------------------------------------------------------------------------	----------

## Fator Brasil - Online | BR

14 de março de 2019 | Marco regulatório | INPI

<b>Paraná pode ter níveis de Primeiro Mundo em tecnologia e inovação .....</b>	<b>8</b>
--------------------------------------------------------------------------------	----------

## Pirataria e contrabando

### NOTAS & INFORMAÇÕES

O leitor é capaz de imaginar o que poderia ser feito com R\$ 193 bilhões em investimentos para melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos ou para reduzir o déficit de infraestrutura do País? O que quer que seja, no entanto, ficará no campo da imaginação, porque o Tesouro Nacional jamais verá um real sequer desse volume de recursos. Pois esse é o valor que o Brasil perdeu no ano passado para o bilionário mercado paralelo de produtos ilegais.

Segundo levantamento do Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP), o montante é 32% superior ao de 2017 (R\$ 146 bilhões) e quase o dobro do apurado em 2014. Os R\$ 193 bilhões sonogados representam a soma das perdas registradas por 14 setores da indústria: vestuário, cigarros, óculos, TV por assinatura, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, combustíveis, audiovisual, defensivos agrícolas, perfumes importados, material esportivo, brinquedos, medicamentos e softwares. É mais a estimativa dos impostos que a União deixou de arrecadar por contrabando e **pirataria**.

De acordo com o estudo do FNCP, a indústria do tabaco é a mais afetada pelo contrabando no Brasil. No ano passado, mais da metade dos maços de cigarro vendidos no País (54%) tinha origem ilegal, um aumento de 6% em relação a 2017.

Desse total, 49% foram contrabandeados do Paraguai e 5% foram produzidos por empresas piratas. Se o cigarro regularmente produzido por empresas sujeitas à fiscalização do Estado já produz danos severos à saúde da população, o que dizer de um produto falsificado ou fabricado por empresas fora do alcance dos órgãos de fiscalização do País? Além dos danos econômicos, já bastante expressivos, há imensuráveis danos à saúde pública.

O volume de dinheiro que o País perde para o crime organizado é uma verdadeira indústria de **falsificação** e contrabando, com múltiplas ra-

mificações no exterior e na própria administração pública. Isso mostra que o Brasil está perdendo a guerra contra os corsários modernos.

"Em 2018, a soma dos gastos oficiais com a saúde e educação foi de R\$ 208 bilhões, quase o mesmo valor que o Brasil perdeu por conta do mercado movido pelo crime. A sociedade brasileira não pode mais continuar convivendo com essa realidade", afirmou Edson Vismona, presidente do FNCP.

Não pode mesmo. É inadmissível que os orçamentos de duas das mais prioritárias áreas de assistência pública no País — saúde e educação — sejam equivalentes ao volume de dinheiro que o Estado deixa de arrecadar por falhas no combate às organizações criminosas.

Esse dado, sozinho, deveria bastar para estarrecer todas as autoridades ligadas em alguma medida a políticas de combate ao crime organizado, ainda que no plano estratégico, como é o caso de autoridades do Poder Executivo federal. Entretanto, o quadro é de desalento.

O próprio presidente Jair Bolsonaro não parece dar importância ao problema, na medida em que contribuiu para o rombo bilionário ao vestir uma camisa pirata de seu time de futebol e, pior, não se constranger em aparecer em público ostentando a cópia ilegal. Ao agir assim, deu ares de normalidade a uma prática que deveria merecer total repúdio.

Além dos males provocados pelo contrabando e pela pirataria por si sós, o problema impõe enérgica ação do Estado porque não raro os ganhos auferidos com estes crimes financiam outros tantos tão ou mais graves, como tráfico de drogas e de armas, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

São conhecidas as táticas das milícias fluminenses, por exemplo, para impor seu domínio em favelas do

Continuação: Pirataria e contrabando

Rio de Janeiro e, de lá, controlar o poder político institucionalizado.

Por meio da violência e da obrigatoriedade de contratação, pelos moradores, de produtos e serviços piratas que apenas os marginais oferecem, adquirem a musculatura financeira que, combinada com o em-

prego ilegal da força, expande seus nefastos tentáculos pelos Três Poderes do Estado.

Combater o contrabando e a pirataria vai muito além da questão fiscal. Em jogo está a higidez da democracia.

## Suspensão de recursos da Fapemig provoca perda de mais de R\$ 15 milhões para pesquisas da UFMG



A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) vem sofrendo com a suspensão de R\$ 2,5 milhões destinados a bolsas de iniciação científica e de cerca de R\$ 13 milhões para projetos liderados por professores. O impacto foi provocado pelos cortes anunciados em fevereiro pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado (Fapemig).

"Esta redução é preocupante e significa um risco para o desenvolvimento científico a médio prazo", disse a reitora da universidade, Sandra Regina Goulart Almeida.

A fundação informou em um comunicado publicado em seu site que "o Estado de Minas Gerais vem enfrentando severa crise fiscal, com decretação de calamidade financeira. Esta realidade tem afetado diretamente a capacidade da Fapemig de honrar com os compromissos assumidos junto a seus parceiros e beneficiários". Nenhum novo edital será lançado até que os recursos sejam regularizados.

Enquanto não forem regularizados os repasses, projetos que foram aprovados, mas que ainda não foram pagos terão seus prazos prorrogados.

Segundo a UFMG, para cada R\$ 1 que vai para universidade a partir de patentes desenvolvidas por ela, o

abpi.empauta.com

governo de Minas Gerais lucra R\$ 30 através da tributação. "Nós queremos mostrar para os nossos governantes a importância econômica da pesquisa. Países como a Coreia e a China conseguiram lidar com crises através de investimentos na ciência", falou Sandra.

A UFMG é uma das líderes no ranking de patentes do Brasil. Só em 2016, foram 70 pedidos, segundo relatório divulgado pelo **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)**.

Um levantamento feito por universidades públicas e particulares de todo o estado, que são beneficiadas com recursos da Fapemig - segunda maior fundação de amparo à pesquisa do país, perdendo apenas para a Fapesp de São Paulo -, pretende dizer em números a importância da ciência e tecnologia para o desenvolvimento do estado.

Em reunião realizada no dia 8 de março entre representantes de universidades e entidades governamentais, o presidente da Fapemig, Evaldo Vilela, disse que 2015 foi o último ano em que a entidade recebeu integralmente 1% da receita orçamentária do Estado, cota que lhe é garantida pela Constituição mineira. Em 2018, o repasse foi de apenas 30% do valor previsto por lei. O presidente também disse que recentemente a Fapemig perdeu um terço de sua força de trabalho.

(G1 Minas Gerais)

O post Suspensão de recursos da Fapemig provoca perda de mais de R\$ 15 milhões para pesquisas da UFMG apareceu primeiro em ABIPTI.

## Centro de inovação aberta na Unicamp quer ampliar parcerias com farmacêuticas



Centro de Química Medicinal (CQMED) desenvolve pesquisas em colaboração com Aché e Eurofarma e pretende fechar acordo com mais três farmacêuticas sediadas no país até o fim de 2019 (foto: Daniel Antônio / Agência FAPESP)

Os laboratórios farmacêuticos Aché e Eurofarma têm firmado, nos últimos anos, parcerias em pesquisa com o Centro de Química Medicinal (CQMED), sediado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com o objetivo de desenvolver moléculas potentes e seletivas para proteínas-alvo específicas que possam resultar em novos medicamentos.

As pesquisas colaborativas seguem o modelo de inovação aberta. O centro foi criado com apoio da FAPESP por meio do Programa de Apoio à Pesquisa em Parceria para **Inovação Tecnológica** (PITE), em cooperação com o Structural Genomics Consortium (SGC) - consórcio internacional de universidades, governos e indústrias farmacêuticas para acelerar o desenvolvimento de novos medicamentos.

O modelo estabelece que todo o conhecimento gerado até a fase de validação de moléculas é de domínio público e pode ser usado para o avanço das pesquisas em fase pré-clínica e clínica por grupos acadêmicos ou indústrias farmacêuticas em qualquer parte do mundo. Após o término dessa fase pré-competitiva, as farmacêuticas que conseguirem aprimorar ainda mais as moléculas iniciais e com-

provar a eficácia terapêutica de compostos derivados em estudos clínicos poderão patentear-las.

Recente não só no Brasil, esse tipo de parceria público-privada voltada ao desenvolvimento de novos fármacos por meio da pesquisa em acesso aberto tem atraído o interesse das indústrias farmacêuticas no país em razão da série de vantagens para suas estratégias de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Além de Aché e Eurofarma, o CQMED pretende fechar até o fim de 2019 acordos de pesquisa com outras três empresas farmacêuticas ou de biotecnologia.

"A parceria com as indústrias farmacêuticas é fundamental para a identificação e o desenvolvimento de moléculas que possam resultar em novos medicamentos", disse Paulo Arruda, professor da Unicamp e coordenador do CQMED, à Agência FAPESP.

O desenvolvimento de uma nova droga hoje pode levar uma década e custar o equivalente a US\$ 1 bilhão - um investimento impeditivo para muitas farmacêuticas nacionais. E de cada 10 mil moléculas desenvolvidas, apenas uma chega ao final do processo de pesquisa com evidências científicas robustas para se obter um novo fármaco, indicam dados da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**).

A pesquisa cooperativa e em acesso aberto com um centro, como o CQMED, permite dividir o risco, economizar recursos e reduzir a redundância na pesquisa, ao evitar testes desnecessários com moléculas que não foram aprovadas anteriormente.

Além disso, possibilita atacar alvos terapêuticos pouco ou nunca estudados, avaliam representantes das indústrias farmacêuticas.

"Normalmente, trabalhamos com alvos terapêuticos

Continuação: Centro de inovação aberta na Unicamp quer ampliar parcerias com farmacêuticas

que já têm uma certa validação no mercado. O consórcio do CQMED é importante porque traz alvos terapêuticos totalmente radicais, com os quais ninguém até então trabalhou", disse Cristiano Ruch Werneck Guimarães, diretor do núcleo de inovação radical do Aché.

A empresa foi a primeira a se associar ao CQMED, em 2016, após inaugurar um laboratório de design e síntese de moléculas. O laboratório permitiu à farmacêutica contribuir em igualdade de condições nas pesquisas feitas em parceria com o centro, avaliou Guimarães.

Enquanto os pesquisadores do CQMED se dedicam aos estudos de biologia básica - que são o foco do centro -, os pesquisadores da empresa podem se voltar à parte de química medicinal, ou seja, de desenvolvimento de moléculas. A comunicação entre empresa e universidade é constante e as moléculas feitas pelo Aché são avaliadas no CQMED.

"A parceria com o CQMED permite acelerar muito nossa inovação e nos dá condições de ser um competidor relevante na pesquisa farmacêutica mundial ao chegar ao mercado primeiro com um fármaco para um alvo que ninguém nunca estudou", afirmou Guimarães.

O Aché tem dois projetos de pesquisa com o CQMED, voltados a desenvolver inibidores de enzimas ligadas à proliferação celular (quinases) relacionadas ao desenvolvimento de câncer. A colaboração nos projetos foi formalizada em 2017 quando o CQMED se tornou uma Unidade de Inovação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). Por meio do acordo, a Embrapii passou a dar uma contrapartida financeira a

cada novo projeto entre o CQMED e as empresas. No mesmo ano, a Eurofarma também iniciou sua colaboração com o centro da Unicamp.

Com investimento inicial de R\$ 8,4 milhões por seis anos, o acordo visa pesquisar novas moléculas para o desenvolvimento de medicamentos voltados ao tratamento de câncer pelo Aché, e anti-infecciosos, como antibióticos e antiparasitários, pela Eurofarma.

"A parceria com o CQMED possibilita a realização de projetos para desenvolver moléculas para alvos terapêuticos que ainda não são explorados internacionalmente. Não conseguiríamos fazer esses estudos sozinhos", disse Gabriela Barreiro, gerente de desenvolvimento pré-clínico da Eurofarma.

Outro benefício do acordo, na avaliação de Barreiro, é possibilitar a formação de pesquisadores em desenvolvimento de fármacos no país. Por meio dos projetos, a empresa mantém pós-doutorandos em dois laboratórios de química orgânica da Unicamp.

"O desenvolvimento de fármaco, desde a concepção até chegar à fase clínica, em humanos, ainda é algo muito novo e incipiente no Brasil. Há pouquíssimos profissionais que sabem fazer isso no país. Nesse sentido, os projetos em parceria com o CQMED possibilitam formar esses profissionais", disse Barreiro.

(Agência FAPESP)

O post Centro de inovação aberta na Unicamp quer ampliar parcerias com farmacêuticas apareceu primeiro em ABIPTI.

## Paraná pode ter níveis de Primeiro Mundo em tecnologia e inovação

Governador Ratinho Junior fez essa afirmação ao dar posse à nova diretoria do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar). O novo diretor-presidente do instituto é Fabio Cammarota, é professor de Gestão Pública e Organização do Estado na Fundação Dom Cabral.

O governador Carlos Massa Ratinho Junior afirmou no dia 13 de março (quarta-feira) que o Paraná tem potencial e capacidade para alcançar níveis de qualidade de primeiro mundo em tecnologia e inovação, tanto na esfera pública como na econômica. "Só precisamos trabalhar juntos para modernizar o Estado e conseguir acompanhar essa nova fase pela qual passa o mundo, em que a maneira de se relacionar, conviver e consumir tecnologia mudou", disse.

Ele fez essa afirmação na solenidade em que deu posse à nova diretoria do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar). O novo diretor-presidente é Fabio Cammarota, professor de Gestão Pública e Organização do Estado na Fundação Dom Cabral.

O Tecpar, ressaltou Ratinho Junior, a exemplo de Copel, Sanepar e Celear, tem papel fundamental nesse novo cenário mundial. "O Tecpar tem a responsabilidade de pensar na saúde, em como avançar nas pesquisas científicas e nos ajudar a pensar a modernização do Paraná. Nossa ideia é fazer com que o instituto continue sendo essa referência que já é para o Brasil, e avance ainda mais e possa ampliar parcerias também com a área privada", acrescentou.

Ratinho Junior afirmou que o Governo do Estado vai estimular a participação de institutos de pesquisa como o Tecpar e das universidades estaduais na atividade econômica do Estado, assim como ocorre nos Estados Unidos. Ele lembrou sua recente viagem ao Vale do Silício, na Califórnia, onde está demonstrado como essa parceria entre a academia e setor privado gera resultados positivos.

**Estrutura** - A nova diretoria do Tecpar, que tem mandato até janeiro de 2021, foi eleita pelo Conselho de Administração da empresa no início deste ano. O novo diretor-presidente, Fabio Cammarota, afirmou que um dos principais desafios à frente da instituição científica e tecnológica é organizar a estrutura do local.

"Queremos deixá-la mais produtiva e eficiente, sempre alinhada ao modelo de gestão do Governo do Estado, que é fazer mais com menos, e o melhor com o que temos", disse Cammarota, que tem experiência de mais de 25 anos na área de gestão pública.

Na Diretoria Comercial tomou posse Danielle Portela, primeira mulher a ocupar essa posição no Tecpar. Ela é formada em Direito e tem experiência como diretora nas áreas comercial e jurídica de empresa de consultoria e como consultora de análise de processos na área de tecnologia da informação para diversas instituições.

O diretor de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação é Rafael Rodrigues, que tem formação em Engenharia Industrial Elétrica e experiência como engenheiro na Copel. O já diretor de Administração e Finanças é Arnaldo Rogerio da Fonseca, que tem formação acadêmica em Ciências Contábeis e experiência como Analista Contábil no Tecpar, desde 1994.

**Visita** - Depois de cerimônia de posse, o governador visitou a Incubadora Tecnológica do Tecpar (Intec), primeira incubadora de base tecnológica do Paraná. A Intec já deu suporte tecnológico a mais de 100 negócios ao longo de sua história.

**História** - Fundando em 1940, o Tecpar tem como foco de negócios a saúde pública, o desenvolvimento tecnológico e o empreendedorismo inovador. Possui o Parque Tecnológico da Saúde, que engloba os cam-



Continuação: Paraná pode ter níveis de Primeiro Mundo em tecnologia e inovação

pi da CIC e Araucária, com foco em atrair empresas da área da saúde; e o Parque Tecnológico do Norte Pioneiro, em Jacarezinho, para apoiar negócios inovadores em agrotech.

O Instituto é um laboratório público oficial, fornecedor de produtos voltados à saúde humana e animal ao Ministério da Saúde. Produz a vacina antirrábica há mais de 40 anos para as campanhas de vacinação do Governo federal e, em 2018, obteve do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**) a concessão da patente do processo produtivo da vacina antirrábica veterinária.

Presenças - Participaram da solenidade o vi-

ce-governador do Paraná, Darci Piana; o reitor da Unicentro e presidente do Conselho de Administração do Tecpar, Aldo Nelson Bona; o diretor-geral e secretário em exercício da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Luiz Cezar Kawano; o chefe da Casa Civil, Guto Silva; o controlador-geral do Estado, Raul Siqueira; o diretor de Investimentos da Sanepar, Joel Macedo; o diretor-presidente da Adapar, Otamir Cesar Martins; o diretor-presidente da Agência Paraná de Desenvolvimento, José Eduardo Bekin; o diretor-presidente da Copel Comercialização, Franklin Kelly Miguel; e o presidente do BRDE, Wilson Bley Lipski.

## Índice remissivo de assuntos

**Pirataria**

3

**Marco regulatório | INPI**

5, 8

**Inovação**

6

**Patentes**

6